TRABALHO DE COMPETÊNCIA ALAVANCA O MAPA

TEREZA CRISTINA

Deputada federal (PP/MS) e ex-ministra do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

Da Redação

O RITMO de crescimento da agropecuária brasileira ao longo das duas primeiras décadas deste século, de 2000 e 2010, surpreende e atrai a atenção internacional. Esse desempenho deve repetir-se no decênio de 2020. A conversa com a deputada federal Tereza Cristina faz um balanço do seu trabalho na gestão do MAPA, desde janeiro de 2019 até março deste ano. Foi um período desafiador por conta da pandemia de COVID-19. Com a atividade econômica restrita, o agro seguiu atarefado, com excedente de produção para sustentar o mercado interno e a exportação.

AGROANALYSIS: COMO ASSUMIR O MAPA COM MÚLTIPLAS ATIVIDADES?

TEREZA CRISTINA: Foi uma tarefa desafiadora. No começo da gestão, tivemos de superar os desafios para agregar todas as funções incorporadas pelo MAPA no governo do presidente Jair Bolsonaro. Assumimos a administração de sete Secretarias: de Agricultura Familiar e Cooperativismo (SAF); de Aquicultura e Pesca (SAP); Especial de Assuntos Fundiários (SEAF); de Comércio e Relações Internacionais (SCRI); de Defesa Agropecuária (SDA); de Inovação, Desenvolvimento Sustentável e Irrigação (SDI); e de Política Agrícola (SPA); além do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Promovemos os produtos agropecuários brasileiros em diversas missões oficiais pelo mundo e realizamos diversas entregas pelo Brasil. No início de 2020, veio a convivência com a pandemia do novo coronavírus. Nesse ambiente incerto, tivemos de priorizar ações para garantir a produção e a distribuição de alimentos, seja para abastecimento interno ou para exportação. O setor se adaptou, criando protocolos para permitir a manutenção dos serviços, a produção e a comercialização.

Na nossa gestão, priorizamos o agricultor familiar. Destinamos valores recorde aos financiamentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), e, para esse público, não faltaram recursos. Entregamos mais de 340 mil títulos de regularização fundiária em todo o Brasil. Com o documento, crédito adequado e assistência técnica, pequenos produtores contribuem para que o nosso País aumente ainda mais a sua importância como uma potência agrícola. Outras ações que merecem destaque são: o plano AGRONORDESTE, que buscou integrar ações que possibilitem a estruturação das cadeias produtivas e fortalecer a atividade de pequenos e médios produtores, inclusive assentados da reforma agrária; e o Programa de Residência Profissional Agrícola (AgroResidência), para apoiar a qualificação de jovens profissionais da área de Ciências Agrárias e afins, favorecendo a inserção desses estudantes no mercado de trabalho.



VALTER CAMPANATO/AGÊNCIA BRASIL

O AGRO EMPRESARIAL E O AGRO FAMILIAR INTEGRAM O MESMO NEGÓCIO?

TC: Sempre tivemos essa convicção. O Governo deve olhar com igual destaque para os produtores rurais, independentemente de seus portes. Na política agrícola, vemos a necessidade de mudar o anual Plano Safra para um programa de crédito contínuo e ações aumentadas e diminuídas de acordo com a conjuntura. Carecemos de mais previsibilidade; o

agricultor deve planejar quanto, onde e como pagar o financiamento. Discutir apenas a taxa de juros e a quantidade de crédito representa uma insegurança para o País e o próprio produtor. A visão plurianual é um desafio para os próximos governos.

QUAIS SÃO OS CAMINHOS ABERTOS NO CRÉDITO E NO SEGURO RURAL?

TC: O Governo tem priorizado as aplicações para o Pronaf e o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp). Em nove meses da safra 2021/22, os desembolsos do crédito rural atingiram R$ 209,1 bilhões. O crescimento registrado é de 25% em comparação ao mesmo período da safra passada. Para o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), o orçamento aumentou de R$ 400 milhões para R$ 1,2 bilhão, beneficiando 121 mil agricultores. Sentimos a necessidade de que esse programa evolua, cresça e atinja um número maior de produtores rurais. Esperamos um montante maior para a próxima edição.

Aprovada no Congresso Nacional, a Lei do Agro foi gestada na SPA do MAPA. Com foco na modernização dos instrumentos financeiros destinados ao carreamento de recursos do investidor para o setor, o objetivo é atrair recursos do mercado de capitais para a produção em escalas maiores. O estoque de títulos registrados cresceu de forma bastante relevante: R$ 117 bilhões em dezembro de 2021 ante R$ 17 bilhões em julho de 2020. Assim, assistimos ao avanço nas operações dos títulos do agronegócio

> **“A VISÃO PLURIANUAL É UM DESAFIO PARA OS PRÓXIMOS GOVERNOS.”**

e à implementação da Lei dos Fiagro, instituindo os Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais. Já existem 31 Fundos sendo formalmente constituídos (alguns já estando em operação), com valor de emissão global superior a R$ 7 bilhões.

O AUTOCONTROLE MODERNIZARÁ A GESTÃO DA DEFESA SANITÁRIA?

TC: Isso faz parte da tendência mundial. Para simplificar sem precarizar, o controle do processo da produção agroindustrial requer flexibilidade. A adoção de procedimentos de fiscalização e auditoria mais modernos traz garantia de segurança para o consumidor. Ao Governo, cabe verificar se os protocolos e as boas práticas de fabricação nas atividades reguladas pela SDA estão sendo seguidos na área privada. Recentemente, o Ministério deu mais um passo na transformação digital do setor com o lançamento da primeira etapa da Plataforma do Autocontrole, que permitirá, por meio de informações integradas, reduzir custos de processos, aumentar a eficiência do serviço prestado, com ganhos de transparência, e desburocratizar a relação entre público e privado.

O Projeto de Lei (PL) nº 1.293/21, já aprovado na Câmara dos Deputados, substitui a legislação atual de defesa sanitária por um novo modelo de fiscalização agropecuária, baseado em programas de autocontrole executados pelos próprios agentes regulados. Agora, o texto será analisado pelo Senado Federal. O Projeto do Autocontrole não deve ser confundido com a retirada dos controles da defesa agropecuária do cenário produtivo. O autocontrole é um meio de estreitar laços e aproveitar a sinergia entre os controles privados e públicos, organizados em plataforma digital, gerando informações de relevância para ambos no intuito de aumentar a eficiência do setor produtivo e do Estado brasileiro. Os auditores fiscais federais agropecuários (AFFAs) são essenciais nesse processo.

PODEMOS CONTAR COM O SUCESSO DO PLANO ABC+?

TC: Trata-se de uma das mais ambiciosas políticas públicas da agropecuária do mundo. De maneira sustentável e servindo de referência para outros países, a agricultura brasileira provou que faz parte da solução para o duplo desafio mundial da mudança climática e da segurança alimentar. As metas já alcançadas pelo Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas Visando à Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC) de 2010 a 2020 mostram o desempenho formidável da agropecuária. As novas metas ousadas estabelecidas para o Plano ABC+ até 2030 ratificam perspectivas promissoras.

Como a sustentabilidade traz eficiência e renda para o produtor, não temos dúvida de que a nossa agricultura movida a ciência estará cada vez mais comprometida a alcançar essas metas. O Plano ABC+ deverá manter e aprimorar a sustentabilidade da produção do agro na vanguarda dos esforços para mitigar os efeitos das mudanças climáticas. A disseminação de técnicas produtivas sustentáveis a todos os produtores rurais, com apoio especial aos pequenos, é o caminho para impulsionar um comércio agrícola socialmente inclusivo, economicamente lucrativo e positivo para o meio ambiente. E, assim, o Brasil pode compartilhar as suas experiências com países semelhantes.

A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA É UM PASSO URGENTE?

TC: Existe uma grande expectativa de aprovação no Senado do PL n° 2.633/20, que estabelece critérios para a regularização fundiária de imóveis rurais, incluindo assentamentos, que facilitará, por meio do sensoriamento remoto, a análise e a entrega de documentos titulatórios aos produtores rurais. A agilidade na regularização das

> **"AS NOVAS METAS OUSADAS ESTABELECIDAS PARA O PLANO ABC+ ATÉ 2030 RATIFICAM PERSPECTIVAS PROMISSORAS."**

terras públicas ocupadas por agricultores faz parte de uma demanda de décadas, pois, além do título, as famílias podem ter acesso a diversas políticas públicas, como crédito rural e assistência técnica, podendo investir em sua terra e melhorar a renda.

O governo federal já emitiu mais de 340 mil títulos desde 2019. É a maior entrega de títulos já realizada no Brasil desde 2000. Para impulsionar a regularização, o Incra lançou o serviço digital para solicitação de títulos definitivos em assentamentos e áreas públicas federais, a Plataforma de Governança Territorial, na qual os cidadãos podem solicitar o registro via internet e de forma gratuita. Também foi lançado o Programa Titula Brasil, para apoiar a titulação por meio de parcerias com os municípios. As Prefeituras podem aderir, de forma voluntária, a esse programa.

CABE SEGUIR COM A ABERTURA DE MERCADOS E A CONVOCAÇÃO DE ADIDOS AGRÍCOLAS?

TC: A abertura do mercado externo permite o equilíbrio nos preços e sobe a régua de qualidade da produção nacional. Desde janeiro de 2019, comemoramos a soma de mais de duzentos novos mercados para os produtos da agropecuária brasileira em 51 países. Nesses pouco mais de três anos, buscamos diversificar a pauta de exportações. A abertura de mercados requer trabalho de preparação do produtor e do exportador para atender as demandas de cada novo cliente, além do desenvolvimento de atividades de promoção comercial e divulgação.

EXISTEM MUITAS FRENTES POTENCIAIS PRONTAS PARA DECOLAR?

TC: Sim. O reconhecimento da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) de novas áreas livres de febre aftosa sem vacinação no País abre oportunidades para alcançarmos novos mercados para as carnes bovina e suína. Os estados do Paraná, do Rio Grande do Sul, do Acre e de Rondônia e partes do Amazonas e de Mato Grosso receberam o reconhecimento em maio de 2021.

Na área de aquicultura e pesca, ainda temos um mercado pequeno, mas a atividade comercial está ganhando escala. Empenhamos bastante trabalho no ajustamento das normas nacionais para garantir segurança jurídica na produção em águas da União. Com essas medidas, 231 contratos de cessão de uso de águas da União foram firmados e poderão incrementar em 200 mil toneladas a produção nacional de pescado. A projeção é de que os novos empreendimentos gerem até 2 mil empregos diretos e 8 mil indiretos no setor de aquicultura.

> **"A ABERTURA DO MERCADO EXTERNO PERMITE O EQUILÍBRIO NOS PREÇOS E SOBE A RÉGUA DE QUALIDADE DA PRODUÇÃO NACIONAL."**

Há, também, a expectativa concreta de ver implementado em todo o País o Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SICAR), que será o maior do mundo, com mais de 6 milhões de propriedades. Houve a tomada de ações para a adesão de vários estados, cada um responsável pela implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) em seu território.

COMO VER O CENÁRIO DO PLANO NACIONAL DE FERTILIZANTES (PNF)?

TC: Em 2021, foi criado um Grupo de Trabalho interministerial para elaborar o PNF, coordenado pela Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Casa Civil, com envolvimento de oito Ministérios. Naquele momento, com as restrições impostas pela pandemia, o mercado mundial de importantes produtos e insumos ficou desorganizado. A guerra posterior no Leste Europeu, entre a Rússia e a Ucrânia, piorou esse cenário. No caso dos fertilizantes, como se trata de uma região concentradora da sua produção e exportação, cresceu a preocupação com o abastecimento nacional.

Em uma reunião com representantes da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, na sigla em inglês), do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e dos governos das Américas, o Brasil defendeu a exclusão dos fertilizantes do regime de sanções, a exemplo do que ocorre com os alimentos. A estratégia da diplomacia comercial para assegurar esses insumos é fundamental. Além do PNF, o Programa Nacional de Solos do Brasil (PronaSolos) e o Programa Nacional de Bioinsumos devem ser intensificados para atender a crescente demanda. Em abril último, a Caravana Embrapa FertBrasil realizou visitas técnicas aos principais polos agrícolas com o objetivo de promover o aumento da eficiência do uso de fertilizantes e insumos no campo. ■